

NUESTRA AMÉRICA E SUMAK KAWSAY: UTOPIAS DE MODERNIDADE ALTERNATIVA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

RESUMO: Este artigo realiza uma aproximação entre a utopia de *Nuestra América* projetada por José Martí (1853-1895) a partir de Cuba no final do século XIX e o ideário sintetizado na noção do *Sumak Kawsay*, norte da *Revolución Ciudadana* apregoada pelo governo Rafael Correa, em curso no Equador. Argumentamos que a experiência equatoriana revive o dilema enfrentado nas Antilhas há mais de um século atrás, onde a afirmação da nação encadeava-se a um questionamento do padrão civilizatório ocidental que, no entanto, não coloca como horizonte a superação do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: História da América Latina. Cuba. Equador

ABSTRACT: This article approaches the utopia of *Nuestra America* conceived by Jose Martí (1853-1895) in Cuba in the the end of the XIX century and the ideals summed up under the notion of *Sumak Kawsay* proposed by the *Revolucion Ciudadana* in the ongoing government of Rafael Correa in Ecuador. It is argued that the Ecuadorian experience revives the dilemma faced in the Antilles a century ago where the assertion of the nation was linked to a questioning of Western civilization pattern, which does not place the overcoming of capitalism as its horizon.

KEYWORDS: Latin American History. Cuba. Ecuador.

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Email: fabiobarbosasantos@gmail.com.

Introdução

Confrontado com a intransigência espanhola e o expansionismo estadunidense no final do século XIX, José Martí projetou a luta pela emancipação nas Antilhas sobre o destino comum do continente diante do imperialismo, o que ensejou uma positivação do potencial histórico da região, identificada simultaneamente com um ideal humanista e um bastião geopolítico sintetizados no projeto de *Nuestra América*. No Equador, a convergência entre as pressões do movimento indígena, camponês e ambientalista que resultou na consagração do *Sumak Kawsay* como eixo do texto constitucional aprovado pela *Revolución Ciudadana* aponta para uma tentativa de subordinar a exploração dos recursos naturais aos anseios e necessidades da população nos marcos de um padrão de desenvolvimento alternativo, recolocando as determinações gerais do dilema civilizatório evidenciado na situação cubana no final do século XIX, acrescido de uma dimensão ecológica inédita.

Em ambos os casos, o desafio de afirmar a soberania e a integração nacional desdobra-se em um questionamento da modernidade contemporânea, propondo projetos alicerçados em um padrão de sociabilidade alternativo que, no entanto, não endereça as relações de classe que sustentam a reprodução do capitalismo. Se no final do século XIX a incipiente difusão das relações capitalistas no Caribe inibiram a diferenciação da esfera econômica no pensamento martiano, o ressurgimento da utopia de subordinar o capitalismo a uma racionalidade exterior ao seu movimento na América Latina no início do século XXI revela-se como indício de uma impotência política para projetar o futuro além deste modo de produção.

Com a finalidade de estabelecer este diálogo, o texto realiza três movimentos. Primeiramente, apresentamos o projeto martiano de *Nuestra América*, analisando o contexto histórico em que foi moldado, o movimento ideológico que a projeta como utopia para o continente, finalizando com algumas considerações sobre a visão martiana do capitalismo. A seguir, introduzimos o contexto em que se realiza a ascensão de Rafael Correa à presidência

do Equador, para então examinar o dilema enfrentado pela *Revolución Ciudadana*, tensionada entre o aprofundamento da exploração mineral e a materialização do preceito constitucional do *Sumak Kawsay*, revelada em toda a sua extensão no impasse colocado pela iniciativa Yasuni-ITT. Finalmente, tecemos algumas considerações sobre o alcance e o limite histórico destes ideários.

1) Independência cubana e *Nuestra América*

José Martí (1853-1895) foi o ideólogo e principal liderança do movimento que culminou na retomada da guerra pela independência cubana em 1895 contra a Espanha. Preso político aos 16 anos, teve sua pena comutada pelo exílio graças às gestões de seu pai, que servia ao exército peninsular na ilha. Completou seus estudos na Espanha, onde desiluiu-se das possibilidades de reforma do laço colonial. Viveu em diversos países da América Latina antes de fixar residência nos Estados Unidos, país que concentrava a militância cubana no exílio. Convencido de que a independência era um imperativo histórico e ético, dedicou-se obstinadamente a forjar a unidade entre os diversos núcleos da rebeldia antilhana, subordinando o comando militar à direção do PRC (Partido Revolucionário Cubano) por ele fundado. Seu projeto político orientou-se aos estratos populares cubanos na ilha ou no exílio, integrando demandas de conteúdo democrático à questão nacional, enquanto costurou uma aliança entre os carismáticos chefes do exército da Guerra dos 10 Anos. O esforço político que liderou foi capaz de unificar os cubanos independentistas diante da guerra, logrando a massiva adesão dos setores populares, especialmente negros e mulatos, o apoio imediato de segmentos da sociedade *criolla* a despeito da sua herança ideológica reformista/anexionista, e a simpatia da população estadunidense, enfrentando o maior esforço militar jamais levado a efeito por uma potência colonial na América.

No plano ideológico, a percepção dos riscos que a expansão estadunidense representava para a independência cubana colocou Martí diante do desafio de calibrar a unidade nacional não apenas contra a Espanha, mas também diante dos Estados Unidos,

questão delicada em uma circunstância onde a força ideológica do reformismo/anexionismo somava-se a admiração sincera do *american way of life*, que se traduzia em simpatia difusa pelas propostas anexionistas. Em um contexto onde a acanhada base produtiva e a dependência mercantil bloqueavam a emergência de atores sociais identificados com a autodeterminação econômica, tornando inviável e inútil colocar em termos econômicos a ameaça estadunidense, o cubano deslocou o enfoque para um questionamento do próprio padrão civilizatório ocidental, assentado em uma rejeição cultural ao capitalismo que desenvolveu nos anos em que viveu nos Estados Unidos (1880-1895).

O fundamento do seu rechaço à modernidade ocidental é uma crítica ao homem moderno ancorada em uma visão transcendente da existência, que conjuga a ética de inspiração cristã que informa o seu pensamento ao transcendentalismo de Emerson. Esta crítica conduz a uma valorização do potencial civilizatório do continente americano, onde Martí identifica na região do mundo que denominou *Nuestra América* o potencial civilizatório de realização do seu ideal humanista, sintetizado na noção do *hombre natural*. Assim, *Nuestra América* não é apenas uma denominação política diversa para o conjunto de países que se defronta com o expansionismo dos americanos do norte, mas é a projeção de um padrão civilizatório alternativo para a humanidade. Segundo este enquadramento, a unidade continental emerge ao mesmo tempo como condição política para preservar a soberania dos seus integrantes e horizonte utópico de uma proposta humanista original.

O núcleo da conjunção deste ideal político e humanista é a autoctonia como via para a consumação da formação continental, uma vez que na realização do potencial histórico da cultura americana residem simultaneamente uma estratégia de equilíbrio geopolítico mundial através do breque ao expansionismo estadunidense, e um projeto de homem novo. Nesta chave, a autoctonia significa criar formas políticas, econômicas e culturais próprias, sintonizadas com o *espíritu* – maneira martiana de referir-se à identidade – destes povos. A premissa subjacente é a especificidade histórica de *Nuestra América*, que emerge como uma cultura particular dotada de universalidade.

A afirmação do estatuto civilizatório de *Nuestra América* está balizada por um duplo movimento da argumentação martiana: de um lado, uma valorização da cultura autóctone, assentada em uma visão não teleológica da história. De outro, uma crítica ao homem produzido pelo padrão civilizatório ocidental, fundamentada na superação da dicotomia civilização X barbárie. Da relação dialógica entre ambos vetores do pensamento martiano – sua visão de história e sua visão de homem –, emerge uma crítica ao padrão civilizatório ocidental e um projeto de modernidade alternativa para *Nuestra América*. Examinemos agora este ideário humanista, para em seguida relacioná-lo à sua crítica ao capitalismo.

1.1) Visão de homem martiana e modernidade alternativa

O cerne do questionamento civilizatório martiano é o reconhecimento de uma dimensão transcendente da vida que deve presidir a relação entre o homem e a natureza, substantivando uma compreensão da realização do homem que não está alicerçada nos pressupostos que informam a modernidade ocidental.² Nesta perspectiva, a natureza não é vista como matéria-prima a serviço das forças produtivas e aparece dotada de uma função reveladora do espírito que anima a existência. Correspondentemente, o homem frustra sua realização se não se volta a esta busca do espírito, que encontra na natureza apoio e guia para a revelação de si próprio: “Y el hombre no se halla completo, ni se revela a sí mismo, ni ve lo invisible, sino en su íntima relación con la naturaleza.”³

Como decorrência deste enfoque, as formas do conhecimento – de Deus, da natureza e do belo – são abordadas sob o ângulo original da formação do homem natural. O norte do progresso

² É este o radical da afinidade entre Martí e o filósofo estadunidense Ralph Waldo Emerson (1803-1882).

³ MARTÍ, José. Emerson apud BALLÓN, José. *Lecturas Norteamericanas de José Martí: Emerson y el socialismo contemporáneo (1880-1887)*. México: Unam, Centro Coordinador y difusor de Estudios Latinoamericanos, 1995, p. 83.

é o redescobrimto do indivíduo que deve ser reconectado à sua natureza, parte do harmonioso concerto universal: como resultado, a religião aparece subordinada à liberdade; a ciência, ao espírito; e a arte, à natureza. Em outras palavras, a formação do homem e da cultura deixa de ter como referência precípua o acúmulo científico produzido pela modernidade ocidental. Embora sua importância não seja desdenhada, aparece subordinada às modalidades que permitem ao homem tomar contato com sua própria natureza.

Sob esta perspectiva holística, não apenas a espiritualidade, mas o sentimento, emergem como dimensão fundamental na apreensão e expressão do conhecimento – do tipo de conhecimento que importa sob o ângulo da realização do homem natural. Como consequência, Martí sugere formas alternativas de percepção do real e de construção do conhecimento, que partem de uma outra lógica, inclusiva do sentimento: “el sentimiento es también un elemento de la ciencia”.⁴

Está subjacente uma postura crítica da cultura ocidental e de suas formas de produção e reprodução do conhecimento, que no lugar de aproximar o homem dos assuntos importantes para a sua realização, o afastam. Em lugar de homens naturais, formam-se mascarados artificiais. Nesta perspectiva, a tarefa primordial consiste em esvaziar o homem deste entulho livresco, para então gerar as condições para que o conhecimento venha de si: “tiene que deshacerse para entrar verdaderamente en si”.⁵

O revaloramento da subjetividade é o fundamento implícito deste questionamento da razão ocidental, que deságua em uma racionalidade presidida por uma lógica alternativa, onde o homem pensa com o coração e não só com a cabeça “el sentimiento es

⁴ MARTÍ, José. *Obras escogidas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000, p. 473. Esta compreensão seguramente repercute na sua expressão literária madura, em que o recurso abundante à imagem, visível, por exemplo, no ensaio *Nuestra América*, emerge como estratégia deliberada de comunicação que preenche os requisitos de uma expressão sincera, direta, própria e dirigida ao sentimento: “Sólo lo genuino es fructifero. Sólo lo directo es poderoso”. MARTÍ, José, op. cit., p. 344.

⁵ MARTÍ, José, op. cit., p. 337.

también un elemento de la ciencia”, explica expandindo e não só recortando “Sus libros son sumas, no demonstraciones”, fala com imagens e não só palavras (o ensaio *Nuestra América*). A premissa comum destes desdobramentos é a subordinação da objetividade identificada com a racionalidade ocidental (ciência, demonstrações, palavras) a categorias subjetivas (sentimento, somas, imagens).

Se do ângulo da formação do homem e da cultura esta revalorização da subjetividade guarda afinidade com o pensamento de Emerson, quando estendida para o plano da história, enseja derivações originais.⁶ Ao minar a primazia da objetividade, Martí estabelece uma premissa casuísta de enfrentamento do real, plena de consequências políticas. Diante de um critério ético, prevalece uma apreciação caso a caso dos impasses da política, evitando o recurso a padrões de interpretação da realidade preestabelecidos. Este movimento é a premissa fundamental para estabelecer: a centralidade da autoctonia no pensamento político martiano, em que para cada realidade, uma solução; a democracia do seu planteamento político, que recusa toda forma de discriminação e considera os atores sociais casuisticamente, segundo critérios éticos e não preconceitos de raça, etnia, nacionalidade ou classe; uma visão não-teleológica da história.

Por fim, este reenquadramento da objetividade estabelece as premissas para uma visão da história em que o homem natural aparece não apenas como um fim, mas como um meio. Nesta leitura peculiar em que o sentido do movimento histórico mostra-se subordinado a preceitos éticos, meios e fins se sobrepõem, já que a afirmação do homem natural é ao mesmo tempo processo e ator histórico. Em uma visão da história de natureza ética, os fins não podem justificar os meios assim como a razão não legitima a ira: por isso a guerra de independência tem que ser movida pelo amor, que emerge como critério legítimo e primeiro da crítica, canal de percepção e discernimento do verdadeiro, fundamento da ação: “Amar: he aqui la crítica”.⁷

⁶ Onde Emerson propõe campanha eleitoral, desobediência civil ou reclusão na natureza, Martí prega revolução, guerra e aliança de todos.

⁷ MARTÍ, José, op. cit., p. 367.

Assim, Martí adiciona às motivações políticas e econômicas da gesta emancipatória uma dimensão ética. Em uma circunstância em que o vínculo colonial contradiz a realização da natureza humana, bloqueando a formação de Cuba como *pueblo nuevo* ao mesmo tempo em que produz uma Espanha perdulária e atrasada⁸, a guerra é positivada como caminho necessário da afirmação da dignidade, meta humanística do projeto revolucionário.⁹ Neste contexto, a guerra: “es la consecuencia inevitable de la negación continua, disimulada o descarada, de las condiciones necesarias para la felicidad de un pueblo que se resiste a corromperse y desordenarse en la miseria”.¹⁰

Em síntese, a concepção de modernidade martiana parte de uma valorização da subjetividade que subordina as formas do conhecimento ao desígnio precípua de afirmação do homem natural, dotado de uma natureza transcendente que se afirma na ação política de orientação amorosa. O homem natural é ao mesmo tempo ator e projeto de *Nuestra América*: ambos supõem a afirmação na história que deve *venir de sí*. Implícita está uma crítica de conjunto à civilização ocidental: Martí aposta no protagonismo de um povo em condições de subverter os critérios da racionalidade ocidental e avançar uma ação histórica original, baseada em uma premissa casuísta e orientada por princípios éticos. Em uma palavra, Martí projeta em *Nuestra América* um outro homem capaz de construir uma outra história.

1.2) Martí e o capitalismo

A crítica martiana ao capitalismo está implícita na sua rejeição à modernidade ocidental, cujo cerne é a negação de um padrão de sociabilidade marcado pelo ódio inerente às relações de classe, em oposição à racionalidade amorosa que preside seu projeto do *hombre natural*. Em consonância com sua visão de

⁸ MARTÍ, José, op. cit., p. 579.

⁹ MARTÍ, José, op. cit., p. 9.

¹⁰ MARTÍ, José, op. cit., p. 344.

mundo, esta crítica está angulada por um viés ético que remete ao seu ideário humanista, mas que se enraíza na história quando converge para a realização da utopia continental. É à sombra da projeção dos Estados Unidos sobre o continente que Martí explicita o contraste histórico que fundamenta *Nuestra América* como alternativa civilizatória.

A nova situação dos Estados Unidos, que passam de cúmplices no desafio emancipatório no contexto da crise do antigo sistema colonial à condição de ameaça à soberania dos países americanos no momento de afirmação do capitalismo monopolista obriga Martí a esboçar um contraste entre o desenvolvimento histórico de ambos. Este exercício leva à explicitação do caráter – no sentido de característica – como a chave da interpretação martiana da história dos povos e alicerce da sua crítica à sociabilidade no capitalismo.

A interpretação martiana da formação de *Nuestra América* está condensada na noção de *pueblo nuevo*: uma realidade histórica original gerada pelo encontro de culturas produzido no teatro americano, e que terá o mérito singular de converter o que foi “desdicha histórica y un crimen natural” em potencial civilizatório a ser realizar: “y todo ese veneno lo hemos trocado en savia!”. Na narrativa da formação dos Estados Unidos, Martí salienta a motivação de seus colonizadores, que vinham porque “preferían las cuevas independientes a la prosperidad servil”. Uma vez na América, “en la casa hecha por sus manos vivían, señores y siervos de sí propios”. Não ignora a escravidão nem o massacre dos índios, mas enfatiza a liberdade e a autonomia como marcas da colonização da América do Norte, reconhecida pela administração colonial.¹¹ A outra face deste individualismo orgulhoso, que quando contrariado se rebela, é a ausência de solidariedade com os povos que enfrentam problemas de natureza semelhante, manifesta na omissão em relação às guerras de independência que pouco depois estouram na América Ibérica. Por isso Martí não idealiza a república do norte: “La libertad que triunfa es como él, señorial y sectaria”.

¹¹ MARTÍ, José, op. cit., p. 420-427.

Ao abolir a escravidão anos mais tarde, a Guerra da Secessão corrigiu um desequilíbrio fundamental do país, estabelecendo a condição propícia para a reaparição de duas tendências contrapostas presentes desde o processo colonizador, que se manifestam nas figuras do *peregrino* (“que no consentía señor sobre él, ni criado bajo él”), e do *aventurero* (“sin más ley que su deseo, ni más límite que el de su brazo”). Ambas marcam a composição do caráter estadunidense: são os “factores que constituyeron la nación”.¹²

Explicita-se a noção de *carácter* como a chave da interpretação martiana para a história de um povo. Ao contrário do que a palavra indica, esta noção não está referida a uma suposta essência, mas remete a um processo de revelação ou não de potencialidades históricas.¹³ Partindo de uma diferenciação do legado colonial que marca de modo contrastante o devir das novas repúblicas independentes, Martí chega à percepção de que estes desdobramentos históricos geraram povos de características diferentes, o que significa em última análise que apontam para padrões civilizatórios distintos.¹⁴

O outro lado da diferenciação entre as duas Américas é a identificação de uma semelhança fundamental entre os Estados Unidos e a Europa, que está na raiz do rechaço martiano ao padrão civilizatório ocidental. O pensador cubano critica a prevalência do

¹² Ibidem.

¹³ A sugestão implícita é que a prevalência de uma ou outra tendência (factor) nos Estados Unidos é um processo em aberto. Embora depois da experiência na Conferência Monetária das Repúblicas da América o pensador cubano acentue os riscos do expansionismo estadunidense, seus juízos, baseado em um entendimento dinâmico do caráter, elidem generalizações e determinismos.

¹⁴ Em Nuestra América, constata: “diferencia de orígenes, metodos y intereses entre los dos factores continentales”. Apresentam-se três dimensões da diferenciação: orígenes, ou seja, o legado colonial; metodos, interpretado como as relações sociais em suas várias expressões políticas, culturais e econômicas, remetidas à autoctonia; e intereses, que sugere o próprio sentido da história. Reitera-se a noção de Nuestra América como um projeto de modernidade alternativa, que tem como premissa a unidade continental. MARTÍ, José, op. cit., p. 480-487.

“ódio de classes” como padrão do conflito social, que atribui ao caráter destes povos: no caso europeu, remete ao despotismo e à monarquia;¹⁵ nos Estados Unidos, trata-se de uma corrupção, onde “el afán exclusivo por la riqueza perverte el carácter”. Em ambos os casos, o ódio de classes não é associado ao padrão de estratificação capitalista, mas visto como a expressão ética de uma construção histórica que remete a um legado feudal, que nos Estados Unidos supõe uma espécie de regressão histórica: “crean un nuevo feudalismo”.¹⁶

O rechaço ao ódio de classes como característica da civilização ocidental explícita que a chave da resolução do conflito social em Martí é antes ética do que econômica.¹⁷ Uma vez que o ponto de partida da sua crítica é o homem produzido pela sociabilidade capitalista e não as relações de produção que engendram este homem, infere-se que é possível estabelecer relações sociais que não sejam presididas pelo ódio nos marcos deste modo de produção. Em outras palavras, é viável a um povo onde convirjam condições históricas e possibilidades éticas favoráveis, afirmar uma sociabilidade alternativa no capitalismo.¹⁸ Martí idealiza em *Nuestra América* este potencial civilizatório.

¹⁵ MARTÍ, José, op. cit., p. 104.

¹⁶ MARTÍ, José, op. cit., p. 76.

¹⁷ Esta associação entre ódio de classes e modernidade ocidental fundamenta o rechaço de Martí ao socialismo, que interpreta como um conjunto de doutrinas referidas a um problema estrangeiro. Referindo-se ao socialismo cubano, escreve em carta um ano antes de morrer: “Dos peligros tiene la idea socialista, como tantas otras: el de las lecturas extranjerizas, confusas e incompletas, y el de la soberbia y rabia disimulada de los ambiciosos, que para ir levantándose en el mundo empiezan por fingirse, para tener hombros en que alzarse, frenéticos defensores de los desamparados”. Carta a Fermín Valdés Domínguez de maio de 1894, citada em ALMANZA ALONSO, Rafael. En torno al pensamiento económico de José Martí. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990, p. 379.

¹⁸ Além do fetichismo nas relações sociais, o outro ângulo a partir do qual é possível criticar a propriedade privada do ponto de vista do materialismo histórico é como óbice ao desenvolvimento das forças produtivas. Como a visão de progresso martiana não é alinhavada por este eixo, na sua obra não se encontra uma crítica à propriedade privada.

Revolución Ciudadana X Sumak Kawsay

2.1) Contexto

O contexto de ascensão do atual presidente equatoriano Rafael Correa tem sua raiz na crise desencadeada pela reversão do quadro de expansão econômica vivido nos anos 70, impulsionado pela exploração petroleira e a contratação de empréstimos internacionais a juros baixos.¹⁹ A explosão do endividamento externo na América Latina nos quadros da política econômica do governo Reagan foi agravada no caso do país por uma acentuada queda nos preços internacionais do petróleo. A fragilidade da posição equatoriana nas circunstâncias facilitou a progressiva implantação de políticas de orientação neoliberal, agravando o custo social da recessão. Seu efeito sobre o conjunto das forças populares foi heterogêneo. O movimento operário enfrentou um severo descenso no número de filiados que incidiu na sua combatividade, reflexo do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Neste cenário, as organizações indígenas que confluíram na formação da CONAIE em 1986 assumiram o protagonismo das lutas populares: em 1990 lideraram um levante de impacto nacional, em 95 organizam um partido político próprio (Pachakutik) e dois anos mais tarde tiveram um papel central na derrubada do presidente Bucaram.

As dificuldades econômicas relacionadas ao endividamento e à queda nos preços do petróleo foram severamente agravadas por um novo conflito militar com o Peru em 95 e a devastação natural trazida pelo *El Niño* nos anos 97-99, de modo que após

¹⁹ Embora o Equador nunca tenha sido um dos maiores produtores mundiais, a dimensão relativa do negócio petroleiro teve um impacto extraordinário na economia nacional, que pode ser avaliado por algumas cifras: a exportação total do país cresceu de menos de 190 milhões de dólares em 1970 para 2.500 milhões em 1981, um aumento de mais de treze vezes. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 8%, enquanto a taxa média de expansão da indústria foi de 10% e o produto por habitante aumentou de 260 dólares para 1668. ACOSTA, Alberto. *Breve História Econômica do Equador*. Brasília: Funag, 2006.

quase dois decênios de estagnação a crise chegou ao cume em 1999, ano em que o PIB do país caiu 7,3% contabilizado em sucses constantes, e o PIB per capita em dólares se reduziu em quase 32%, passando de U\$ 1.619 a U\$ 1.109. Nestes anos, o país sofreu o empobrecimento mais acelerado da história da América Latina segundo a Unicef: o número de pobres aumentou de 3,9 a 9,1 milhões, saltando de 34% a 71% da população, enquanto dobraram os atingidos pela pobreza extrema, passando de 2,1 para 4,5 milhões – de 12% a 31%. Este processo foi acompanhado por uma maior concentração de renda, já que os 20% mais ricos aumentaram sua participação na riqueza de 52% para mais de 61%, enquanto a fatia dos 20 % mais pobres decresceu de 4,6% para 2,5%.²⁰

Nesta conjuntura de recessão, o governo optou por decretar abruptamente a dolarização da economia extinguindo o sucre como moeda nacional em janeiro de 2000, em um processo marcado pela imprevidência, a falta de transparência e a promiscuidade na relação com o setor financeiro. Longe de conjurar a crise, a medida acentuou o problema social provocando uma elevação no custo de vida em uma situação de ascendente desemprego, ao mesmo tempo em que exponenciava a vulnerabilidade do país à dinâmica do capital internacional.

O impacto social da decisão materializou-se em saídas individuais e coletivas. De um lado, um êxodo populacional: calcula-se que mais de um milhão de pessoas deixou o país desde 2000, elevando o total de emigrados a cerca de 3 milhões segundo algumas estimativas, sobre uma população de quase 14 milhões de habitantes.²¹ De outro lado, estourou uma vigorosa rebelião popular liderada pelo movimento indígena que granjeou a simpatia de um setor militar, levando à queda do presidente Mahuad em janeiro de 2000. O ensaio de aliança dissolveu-se

²⁰ CORREA, Rafael. *Ecuador: de Banana Republic a la no republica*. Bogotá: Random House Mondadori, 2009, p. 65.

²¹ ACOSTA, Alberto; LÓPEZ OLIVARES, Susana; VILLAMAR, David. *El aporte de las remesas a la economía ecuatoriana*. Ecuador: La Insignia, 2006.

quando o comandante militar traiu o compromisso assumido com as lideranças populares e entregou o governo ao vice-presidente, que ratificou a dolarização.

No entanto, nas eleições seguintes o conjunto do movimento social encabeçado pelas lideranças indígenas apoiou a candidatura do coronel Lucio Gutierrez, que despontara como uma liderança nacionalista radical no levante. Seu mandato revelou-se funesto para o movimento indígena, que saiu desmoralizado e dividido de uma breve participação em um governo que também não terminou, assolado por denúncias de corrupção e entreguismo que rapidamente lhe opuseram ao campo popular. Esta experiência culminou em uma longa sequência de desgastes de governantes eleitos, evidenciada pela constatação de que desde a saída dos militares em 1979 nenhum presidente elegeu o seu sucessor.

É neste quadro de descrédito dos partidos convencionais e desprestígio das organizações populares em um contexto de prolongada crise que emergiu como figura política o economista Rafael Correa, ministro da fazenda no mandato restante cumprido pelo vice de Gutierrez. Com um discurso crítico ao neoliberalismo e à “partidocracia”, o jovem professor guayaquilenho triunfou nas urnas sem pertencer a um partido nem apoiar candidatos ao parlamento. Inspirado no caminho aberto por Chávez na Venezuela e seguido por Morales na Bolívia, Correa convocou uma assembléia para escrever a 20ª constituição da história do país, recorrendo a uma combinação do manejo da mídia e das urnas para forjar em apenas 28 meses as condições de realização da autodenominada *Revolución Ciudadana*. A especificidade da situação equatoriana é que sintetiza o desafio venezuelano de superação da dependência petroleira e a necessidade boliviana de integração da população indígena, evidenciando uma convergência das determinações econômicas e sociais do subdesenvolvimento que aponta para um questionamento do padrão civilizatório ocidental.

2.2) Dilemas da *Revolución Ciudadana*

Apesar das contundentes críticas à ingerência dos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI na política econômica dos países do continente, que incluem a dolarização equatoriana, o governo Correa não se propõe a reverter a medida. Em termos concretos, seu nacionalismo avalizou uma auditoria da dívida externa que encaminhou a revisão de parte dos contratos, e não renovou a cessão da base militar de Manta para o exército dos Estados Unidos, realizando uma promessa de campanha. De maneira similar a Chávez, o presidente equatoriano concentrou esforços em redirecionar a renda petroleira que servia principalmente ao pagamento de juros da dívida para o investimento em programas sociais e obras de infraestrutura.²² Esta política beneficiou-se de uma alta nos preços internacionais do petróleo, fazendo com que Correa dispusesse de recursos maiores do que todos os seus predecessores. Existe consenso entre os críticos da dolarização de que este é o principal de uma série de fatores conjunturais que têm sustentado provisoriamente a situação:

La dolarización se sostuvo por factores exógenos y no por méritos propios. Recordemos el aporte de las remesas, de los crecientes precios del petróleo, de la bonanza para muchas exportaciones, y del acceso a créditos externos baratos por parte de los agentes económicos privados. A lo anterior se tendría que añadir el ingreso de dólares provenientes del “narcolavado” o de otras actividades delictivas, alentados por la propia dolarización.²³

²² “Un punto a destacar es la mayor inversión pública realizada con estos elevados ingresos petroleros en la administración del presidente Correa. En los gobiernos de la primera década del siglo XXI esto no sucedió. Los excedentes petroleros se ahorraban en varios fondos que ocultaban su verdadero destino: atender las demandas de los acreedores de la deuda pública y, de paso, mejorar la imagen del país en el mercado financiero mundial para poder continuar contratando créditos externos”. ACOSTA, Alberto (Coord.) *Análisis de coyuntura política, económica y social del Ecuador (2009)*. Disponível em: <http://www.fes-ecuador.org/media/pdf/coyuntura_2009.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010, p. 89.

²³ *Ibidem*, p. 117.

Esta situação coloca o governo diante de um dilema: os recursos decorrentes da exploração do petróleo viabilizam programas que aprofundam sua intenção social sem enfrentar os estrangulamentos estruturais da sociedade equatoriana. Este benefício imediato enseja um ulterior investimento na extração do produto no momento em que estimativas indicam que as reservas do país já atingiram seu pico e tendem a decrescer irreversivelmente, explicitando o caráter provisório do arranjo atual. Como decorrência, aflui uma contradição com a orientação extrativista da economia que se pretende superar nos marcos do preceito constitucional do *Sumak Kawsay*, traduzido como *buen vivir*.

Noção que remete às tradições indígenas de origem pré-colombiana, o *buen vivir* sugere um padrão de sociabilidade alternativo à mercantilização característica do capitalismo. Nas palavras de Pablo Dávalos: “expresa una relación diferente entre los seres humanos y con su entorno social y natural. El “buen vivir” incorpora una dimensión humana, ética y holística al relacionamiento de los seres humanos tanto con su historia cuanto con su naturaleza”.²⁴

A prevalência deste princípio como eixo articulador do texto constitucional é uma expressão do acúmulo das forças populares nos decênios anteriores, que revela a centralidade das pautas indígenas no arco dos movimentos que pressionam pela mudança social. Projetado para o campo econômico, o *buen vivir* aponta para um padrão alternativo de desenvolvimento contrário ao extrativismo e à mercantilização dos recursos naturais. Na definição da nova constituição:

El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del *Sumak Kawsay*. El Estado planificará el desarrollo del país para

²⁴ DÁVALOS, Pablo. *Reflexiones sobre el sumak kawsay (el buen vivir) y las teorías del desarrollo*. 2008, Disponível em: <<http://alainet.org/active/25617&lang=es>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

garantizar el ejercicio de los derechos, la consecución de los objetivos del régimen de desarrollo y los principios consagrados en la Constitución. La planificación propiciará la equidad social y territorial, promoverá la concertación, y será participativa, descentralizada, desconcentrada y transparente. El buen vivir requerirá que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades gocen efectivamente de sus derechos, y ejerzan responsabilidades en el marco de la interculturalidad, del respeto a sus diversidades, y de la convivencia armónica con la naturaleza.²⁵

A proposição de um regime de desenvolvimento alternativo consonante com a realização do *Sumak Kawsay* resultou na incorporação de “direitos da natureza” como uma inovação mundial do texto equatoriano, que encara seu patrimônio natural como sujeito de direitos. No plano social, afiançou o reconhecimento de uma série de direitos dos povos indígenas nos marcos do estado plurinacional, comprometido com o Convênio 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos Indígenas. Esta garantia legal tem gerado múltiplos conflitos com a exploração mineral e o estado, uma vez que está prevista a consulta devidamente informada às populações nativas sobre qualquer tema que afete sua forma de vida.²⁶ Esta contradição entre a pressão sobre os recursos naturais mediada pelo Estado e o preceito constitucional do *Sumak Kawsay* tem marcado o governo Correa, e se expressa em todo o seu alcance na negociação da iniciativa Yasuní ITT.²⁷

²⁵ ECUADOR. *Constitución*. TÍTULO VI, RÉGIMEN DE DESARROLLO Capítulo primero, Principios generales, Art. 275. Disponível em: < <http://aceproject.org/ero-en/regions/americas/EC/ecuador-constitucion-politica-de-ecuador-2010/view>>. Acesso em: 18 ago. 2010

²⁶ INFORME apresentado em 2009 por organizações indígenas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: < http://alainet.org/images/informe_pueblosindigenas.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

²⁷ As fortes reações à “Ley de Minería” sancionada em 2009 evidenciam as ambiguidades do governo, que segundo especialistas é contraditória com a própria constituição. Ver: ACOSTA, Alberto. *La Maldición de la abundancia*. Ed. Abya Yala Quito, 2009, p. 214; INFORME, loc. cit.

Em poucas palavras, esta inovadora proposta prevê manter inexplorado um potencial de 850 milhões de barris de petróleo que ocupa cerca de 200 mil hectares de floresta tropical no Parque Nacional Yasuní em troca de um aporte estimado em U\$ 350 milhões por ano ao longo de dez anos a ser realizado pela comunidade internacional. Este dinheiro seria administrado por uma comissão fiscalizada pelo Pnud (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) com a intenção de investir em programas sociais, de energia renovável, reflorestamento ou eficiência energética. Desde que foi lançada, a iniciativa foi tratada de modo contraditório por Correa e mesmo a assinatura recente do protocolo entre o governo equatoriano e o PNUD em agosto de 2010 não dissipou as dúvidas sobre a firmeza de propósito do presidente.²⁸

A análise das determinações históricas envolvidas na iniciativa Yasuní ITT sintetiza os termos do dilema civilizatório colocado para o Equador e para a América Latina no século XXI. Em sua essência, trata-se de uma tentativa de buscar alianças internas e externas visando subordinar a lógica de negócio do capital internacional em sua articulação com o subdesenvolvimento a uma proposta de desenvolvimento alternativo, consonante com os ensejos de preservação do meio ambiente e de integração da população afetada.

Em termos ideológicos, a iniciativa Yasuní ITT está assentada nas premissas de que é possível disciplinar o movimento do capital mundial a desígnios ecológicos e subordinar o extrativismo na periferia a um projeto de integração nacional, apontando para um paradigma civilizatório alternativo nos marcos do capitalismo. Em uma palavra, supõe a possibilidade de dotar a reprodução capitalista de uma racionalidade ambiental no centro e integradora na periferia, conciliando capitalismo e ecologia no plano mundial e capitalismo e formação nacional na América Latina. Esta racionalidade alternativa está alicerçada a um

²⁸ Os defensores da proposta temem sobretudo que o governo não invista esforços em captar recursos e a iniciativa seja arquivada como inviável. Ver: ACOSTA, Alberto, op. cit., 2009.

paradigma de modernidade que não seja “antropocêntrico”, no sentido de incorporar a preocupação ecológica como condição da reprodução humana, nem “desenvolvimentista”, na medida em que aponta para um padrão civilizatório que não está centrado no desenvolvimento das forças produtivas (Gudynas, 2010, p. 61-82). Em suma, em sintonia com a constituição equatoriana e o ideário do *Sumak Kawsay*, prevê um outro padrão de relação do homem com a natureza e com a riqueza nos marcos do mesmo modo de produção.

Conclusão

A realização de *Nuestra América* como utopia para o continente tem como premissa um padrão civilizatório autoreferido, o que significa estabelecer um controle relativo sobre o tempo histórico, subordinando o ritmo e a natureza do progresso ao desígnio da afirmação nacional. Condição deste processo é a contenção do expansionismo estadunidense nos marcos de uma proposta de unidade continental. Ao inscrever a causa cubana no dilema da América Latina sob o imperialismo, o militante cubano visualizou o continente como uma totalidade positivando o seu potencial histórico, o que concedeu dimensão civilizatória ao seu projeto.

Alicerçado na percepção de afinidades culturais que remetem a um passado colonial comum, o instrumental que fundamenta a análise martiana revelou-se fecundo para apreender a ameaça imperialista e o dilema histórico que o continente enfrentava em toda a sua extensão. Captou a especificidade de *Nuestra América* no contraste com o Ocidente e projetou-lhe um devir alternativo, mas foi insuficiente para diagnosticar suas semelhanças, radicada na generalização de relações de produção em bases capitalistas. Para isso seria necessário um repertório de economia política que não coadunava com o ângulo da abordagem histórica martiana, e possivelmente não encontrava lastro na realidade cubana, onde a difusão relativamente incipiente do assalariamento limitava a diferenciação da esfera econômica. Este limite aparece inscrito na própria história e tem consequências decisivas do ponto de vista da apreensão dos nexos entre imperialismo e luta de classes, que

se explicitam no desfecho da guerra da independência, frustrada com a intervenção das tropas estadunidenses em 1898 com a anuência de setores da sociedade cubana, muitas vezes iludidos em relação aos desdobramentos da invasão.

Mais de um século depois, a experiência em curso da *Revolución Ciudadana* no Equador projeta o dilema da formação nacional sobre a encruzilhada civilizatória atual, sintetizada nos impasses evidenciados pela iniciativa Yasuní-ITT. Em sua articulação interna, a iniciativa aponta para a superação do padrão econômico dependente, subordinando os negócios internacionais aos anseios e necessidades da população equatoriana nos marcos do *Sumak Kawsay*. Encarada de uma perspectiva histórica, a realização deste ideário identifica-se com a superação do legado colonial e a conclusão da formação da nação na América Latina, o que coloca em toda extensão as suas dificuldades.

No plano externo apóia-se na solidariedade internacional com a causa ecológica, que não se identifica com o estímulo para a superação do subdesenvolvimento em um contexto de hegemonia do modo de produção capitalista. Internamente, o papel fundamental das receitas petroleiras para o orçamento do estado e a sustentação da sua política social inibe qualquer alternativa que sacrifique este ingresso e, pelo contrário, pressiona a ação estatal no sentido de aprofundar a exploração dos recursos naturais. Neste sentido, a confluência entre questão ecológica e formação nacional resultante da convergência entre indígenas, camponeses e ambientalistas em torno de um projeto nacional que aponta para uma visão de modernidade alternativa coloca este arco social em oposição simultânea aos interesses do capital internacional e à racionalidade do estado equatoriano.

Nesta perspectiva, a iniciativa Yasuní ITT mostra-se como uma tentativa de contornar o problema sem resolver a contradição fundamental. A estratégia é buscar uma aliança com a causa ecológica internacional para trazer o estado equatoriano para o lado do *Sumak Kawsay*, elidindo o conflito ao substituir a receita petroleira por outra. Mesmo o sucesso da proposta não significa como reconhecem os seus defensores, que o governo altere a orientação extrativista da sua política em outros casos. Na

impossibilidade de uma iniciativa similar que englobe o conjunto dos recursos naturais do país, a disputa pela orientação do estado implica em subordinar o negócio exportador aos desígnios da nação, desafio comum aos países do continente. Na medida em que este projeto emerge no Equador como portador de um ideal humanista antagônico à mercantilização das relações sociais, o dilema vivido no país emerge em toda a sua extensão: a convergência do problema da formação nacional, da questão ecológica e do ideário de relações humanas não mercantis coloca em questão o padrão civilizatório do continente como uma totalidade. Neste contexto, levanta-se a pergunta: qual o lugar desta utopia no mundo do imperialismo, do capitalismo e da luta de classes?

Recebido em: 22/11/2010

Aprovado em: 9/5/2012